

REPENSAR ESCALAS, REPENSAR TERRITÓRIOS: o desafio geográfico no desvendar dos territórios (subalternos) da Agroecologia

Nathan Zanzoni Itaborahy

Aluno de Mestrado em Geografia (UFMG) – nitaborahy@geog.mest.ufmg.br

Mariana Vilhena de Faria

Aluna do Mestrado em Geografia (UFBA) - marimd2@hotmail.com

Tiago Teixeira Bustamante

Aluno da Graduação em Geografia (UFJF) - tiguera@gmail.com

1 APRESENTAÇÃO DA QUESTÃO: Ultrapassando o obstáculo do território da Geografia tradicional rumo ao encontro com os diversos territórios da agroecologia

Um conceito deve ser sempre diferente de uma definição. Ele é um esforço contínuo de um olhar (lente) para a realidade (MARANDOLA, 2009): desta maneira deve abrigar “possibilidades diferentes de leitura e entendimento” (p. 32), ou seja, diferentes perspectivas ideológicas e visões de mundo, assim como estar aberto as dinâmicas e acontecimentos inesperados dos fenômenos e processos. Dessa forma, um conceito sempre diz sobre uma realidade em um momento e uma forma de enxergá-la, sendo a lógica válida para o conceito de território. Repensar os territórios é compreender as mudanças históricas da realidade e as perspectivas ideológicas que inspiraram as conceituações. Nosso objetivo nesta primeira parte do trabalho é o de descortinar as transformações no sentido tradicional de conceituação de território, desconstruindo-o, para em breve reconstruí-lo a partir de nossas “lentes” e realidades¹.

Isto posto, nos resguardamos em dizer que todo nosso esforço aqui converge para a compreensão do conceito de território no âmbito da Ciência Geográfica. É na Geografia que o território tem boa parte de suas reflexões, sendo também um geógrafo – Friedrich Ratzel – o pensador que inaugura um modo de conceber o território que até hoje tem

¹ Cabem dois esclarecimentos sobre a conceituação do território: (1) devemos trazer a tona o fato do conceito de território ser discutido por diversas áreas do conhecimento - da Etologia (área da Biologia que estuda o comportamento dos animais) à Antropologia - encontramos diversas apropriações do conceito (HAESBAERT, 2006), de acordo com a temática que circunscreve tal área; e, (2) diversas também são as correntes do pensamento que orientam as conceituações do território, desde visões materialistas-funcionais às mais idealistas-simbólicas, cada vertente constrói seu olhar próprio para o território.

espaço nas discursos e práticas científicas e políticas. Em suas obras encontramos temas como Estado, sociedade e ambiente, território, “Espaço Vital”, dentre outros que constituíram o a ideologia do argumento geográfico da época e muito disseram respeito ao contexto no qual ele escreveu suas obras.

É preciso dizer que ele vai escrever sua obra em um contexto histórico e geográfico bem específico: após a unificação tardia da Alemanha (segunda metade do século XIX) os esforços se davam para a legitimação do expansionismo e imperialismo desse Estado. Ratzel, ao afirmar a existência de um “espaço vital”, legitima e racionaliza (GOMES, 1996) o imperialismo alemão de Bismarck.

Nesse sentido é fácil compreender os dualismos presentes em sua obra, já que ao mesmo tempo ele é o responsável pela “humanização” desta ciência, imputa um naturalismo exacerbado para compreender a sociedade, visão essa, fruto principalmente de sua influência evolucionista. Como bem coloca Raffestin (1993, p. 2) “o quadro conceitual de Ratzel é muito amplo e tão naturalista quanto sociológico, mas seria errôneo condená-lo por ter "naturalizado" a geografia política, algo que às vezes ocorreu...”, ou nas palavras de Moraes (2005, p.71) “Ratzel, ao propor uma Geografia do Homem, entendeu-a como uma ciência natural”.

Raffestin (1993) vai dizer que Ratzel não só tornou o conceito de território uma exclusividade do território do Estado-nação, entendendo o poder estatal como o único capaz de delimitar áreas (ou de produzir uma Geografia), como impregnou essa visão por toda a Geografia Política construída posteriormente. Para ele, muito mais do que Geografia Política, a obra de Ratzel e de seus seguidores deveria ser chamada de “Geografia do Estado”.

Partimos do princípio de que o território é essencialmente um espaço definido por e a partir de relações de poder, nas suas mais diversas expressões. Entretanto, na concepção clássica (ratzeliana) de território nacional, há uma unidimensionalidade do poder, deslegitimando uma série de outros poderes inerentes as relações sociais. Nesse processo, outros atores sociais e suas respectivas relações de poder são deixados de lado, e assim de serem considerados como detentores de algum poder. Essa é uma opção ideológica clara, na qual a dimensão do local e do espaço vivido tem sua importância

significativamente reduzida, além de designar um caráter estático e geométrico ao conceito e invisibilizar dissimetrias de poder dispostas no espaço.

Ao entendermos que:

Territórios, que são no fundo antes *relações sociais projetadas no espaço* que espaços concretos (os quais são apenas os *substratos materiais* das territorialidades – voltar-se-á a isso mais adiante), podem, conforme já se indicara na introdução, formar-se e dissolver-se, constituir-se e dissipar-se de modo relativamente rápido (ao invés de uma escala temporal de séculos ou décadas, podem ser simplesmente anos ou mesmo meses, semanas ou dias), ser antes instáveis que estáveis ou, mesmo ter existência regular, mas apenas periódica, ou seja, em alguns momentos – e isto apesar de que o substrato espacial permanece ou pode permanecer o mesmo. (SOUZA, 2005, p. 87)

o fazemos com a intenção de resgatar o caráter dinâmico, de processo e multiescalar que deve possuir o conceito de território.

Ao mesmo tempo, não se pode desconsiderar que a realidade está presente em todos os recortes espaciais, presença diagnosticada através da relação entre local e global, mostrando que não há hierarquia entre as diferentes escalas e sim uma inter-relação. Porém, o recorte serve para *explicitar, dar ênfase e visibilidade* aos sujeitos e espaços que se deseja pesquisar e, portanto, levá-los em consideração. Dessa forma, a escala diz muito sobre a Geografia cujo pesquisador se propõe a fazer.

Assim sendo, entendemos que uma leitura multiescalar pode nos levar para um caminho mais rico e justo, já que dá visibilidade a diversidade de atores sociais dispostos no espaço, com suas respectivas temporalidades, linguagens, territórios, saberes e poderes.

A geografia assume, então, uma enorme responsabilidade ao referenciar seus estudos nos territórios e suas diversidades, o que incorre em uma elaboração clara de suas bases teóricas, na intenção de tangenciar o risco de singularizar os poderes e afirmar o poder hegemônico como concepções e poderes hegemônicos, como bem se observou nas concepções da geografia tradicional, com efeitos ainda presentes no modo de se pensar a geografia e nas políticas guiadas aos diversos atores sócio-espaciais.

Tomaremos nessa escrita *outros* poderes e sujeitos a partir de seu território. Estruturaremos, assim, a agroecologia como uma forma de uso do recorte espacial

apoderado, ou seja, como uma manifestação de outras formas de poder, portanto, da conformação de vários territórios. O faremos a partir da leitura da tríade **território-escala-agroecologia**, no esforço de agregar ciência (e por extensão universidade), sociedade (e por extensão sua história, cultura e política) e agroecologia (como um somatório de outros saberes e poderes com a ambientalização da política ou politização da questão ambiental através do território).

Traçaremos nossas discussões teóricas e conceituais no próximo item do trabalho através da tríade referida, parte essa que desaguará em nossos primeiros avanços, relatados no item que a procede, no intento de visibilizar algumas práticas sócio-espaciais que inspiraram a escrita.

2 TERRITÓRIO, ESCALA E AGROECOLOGIA

O conceito de território, tal qual foi exposto, traz consigo as características do contexto geo-histórico em que foi fundado, ou seja, os conceitos se definem e redefinem em diálogo com determinada realidade e sociedade. Portanto, para ultrapassar uma visão do “Território nacional” e trabalhar novas escalas da dimensão territorial, precisamos nos aproximar do contexto em que se dá a atual discussão, o que coloca em cena os sujeitos destes territórios e as questões apontadas por esses sujeitos.

O debate em torno do território se dá, portanto, imerso num tenso e intenso processo expropriatório, desterritorializador, num contexto onde a questão ambiental abria um questionamento acerca da relação sociedade-natureza que, embora pautado inicialmente a partir dos países urbano-industrializados, ganha outros contornos com outros protagonistas aqui na América Latina. Aqui, natureza e cultura são politizadas, com o deslocamento da luta pela terra para a luta pelo território, tendo esse conceito adquirido outras significações ao apontar que dentro de um mesmo estado-territorial habitam múltiplas territorialidades. (PORTO-GONÇALVES, 2011, p. 137)

Nesse sentido, ganha destaque a questão das escalas em geografia, por vezes pouco trabalhada, mas que merece nossa atenção, uma vez que a escolha da escala (ou das escalas) a ser trabalhada está diretamente relacionada com as relações de poder que se quer considerar na análise geográfica, nossa “lente” para o mundo, como nos coloca

Raffestin (1983, p.134): “A escolha de uma representação funcional dependerá da relação de poder que se quer ter, levados em conta os recursos disponíveis e os custos que se pode aceitar”.

Mais que isso, as escalas de análise e a forma como são tratadas suas relações mostram também o que ou quem se quer tornar visível ou não em um fenômeno. Logo, não se pode desconsiderar, como já dito, que a realidade está presente em todos os recortes espaciais, como nos mostra Morin (2010):

Holograma é a imagem física cujas qualidades de relevo, de cor e de presença são devidas ao fato de cada um dos seus pontos incluírem quase toda a informação do conjunto que ele representa. Bom, nós temos esse tipo de organização nos nossos organismos biológicos; cada uma de nossas células, até mesmo a mais modesta célula da epiderme contém a informação genética do ser global. (É evidente que só há uma pequena parte da informação expressa nessa célula, ficando o resto inibido.) Nesse sentido, podemos dizer que não só a parte está no todo, mas também que o todo está na parte. (MORIN, 2010, p. 181)

A parte (territórios subalternos) precisa ser incorporada em sua relação com o todo (Estado, território nacional, poder institucionalizado). Tal discussão não nos parece ausente dos temas trabalhados em Geografia, mas ainda assim percebemos que ao separar teoria e prática, caímos no erro de retirar a perspectiva dialética das escalas (parte e todo) e com isso as diferenças tendem a ser minimizadas, ocultando *outros territórios*.

À Geografia cabe esse compromisso de evitar a ênfase no poder hegemônico e institucionalizado e de dialogar com outros agentes sócio-espaciais. Uma abordagem - do conceito de território - multiescalar, pensada dialeticamente, nos parece uma alternativa mais democrática e inclusiva porque permite a incorporação de sujeitos até então mais marginalizados tanto do processo de produção do conhecimento como de constituição de territórios.

Devemos esclarecer que ao utilizar da idéia de “poder hegemônico” não nos referimos somente ao Estado moderno e sua função para a regulação da atividade do grande capital, mas também à lógica urbana e capitalista de uso do espaço, que tem suas bases na propriedade privada como forma de territorialidade (PORTO-GONÇALVES, 2012,), ou seja, enxerga o território sobre uma ótica de exclusão.

Ao se propor outro olhar para os territórios o fazemos também no sentido de afirmar que outros territórios são construídos e mantidos por uma lógica que não a da propriedade privada. Os territórios da agroecologia, construídos a partir das cooperações sujeitos-sujeitos e sujeitos-natureza, acabam por ter sua expressão territorial pautada na inclusão. Territorialidades podem ser vistas assim como “a maneira pela qual as sociedades se satisfazem, num determinado momento, para um local, uma carga demográfica e um conjunto de instrumentos também determinados, suas necessidades em energia e informação” (RAFFESTIN, 1993, p. 153) sendo esta satisfação propiciada pelo “processo de troca e/ou informação” (RAFFESTIN, 1993, p. 154). Isso quer dizer que ela é uma construção entre atores sociais de um território, dessa maneira ativa e positiva, já que visa incluir sujeitos ou “deriva das ações coletivas territorializadas e territorializantes dos sujeitos locais e objetiva a construção de estratégias de inclusão” (DEMATTEIS, 2009, p. 35).

É um esforço em compreender que existem outras formas de territorialização, e, logo, outras *geo-grafias* (PORTO-GONÇALVES, 2012). Nos lançamos no exercício de se fazer uma ciência que consiga incluir outras racionalidades, sobrepondo a ideia moderna de que há uma forma única de se compreender o mundo, em que um tipo específico de racionalidade determina o que é considerado ciência, eliminando todas outras formas de produção do conhecimento e de apreensão da realidade. Cremos ser necessário discutir um pouco sobre a tolerância e aceitação de formas de racionalidade variadas. O faremos a partir de nossas percepções e vivências atuais no próximo item.

3. OUTROS TERRITÓRIOS, OUTRAS GEOGRAFIAS

Vivenciamos o acontecimento de eventos concomitantes de caráter internacional no Brasil, nos quais as discussões giram em torno do desenvolvimento sustentável e das questões ambientais. Por um lado a conferência da ONU (RIO+20) que pauta a discussão no ideário da “economia verde” e “institucionalidade global”, por outro, a “Cúpula dos Povos” pautada nas idéias da justiça social e ambiental.

A primeira nos parece estar mais ligada a um território do poder (unidimensional) concebido de forma hegemônica, priorizando os interesses do grande capital, bem como

de seus agentes. O evento e os atores envolvidos se apropriam do termo sustentabilidade, porém o fazem baseados mais no marketing e no lucro do que propriamente nas questões ambientais e dos agentes de fato envolvidos nos processos. Cremos que a sustentabilidade colocada aí em jogo é a da racionalidade do modelo desenvolvimento capitalista.

A segunda, isto é, a “Cúpula dos Povos”, a partir dos ideários supracitados, nos leva a idéia que estamos a propor neste artigo, ou seja, a diversidade de territórios e agentes verdadeiramente participantes e engajados na construção e manutenção do meio ambiente enquanto território, da reprodução da vida, vale destacar. A agroecologia, referenciada em diversos espaços do evento, é o rumo que no momento se adequa mais à constituição da diversidade socioterritorial. É ela que nos leva a incorporar outras racionalidades, para assim pensar uma ciência efetivamente comprometida com as questões ambientais e sociais.

Nesse sentido, situamos a agroecologia como uma prática que articula no seu desenvolvimento escalas variadas de poder, de saber, e portanto, de territórios. Boa parte de suas iniciativas são encontradas em grupos sociais subalternos, sejam politicamente, culturalmente ou economicamente, e ao afirmá-la como um novo paradigma e modo de vida (de se relacionar e construir territórios), reconhecemos outras práticas de resistência, e logo, de poder, constituindo caminho geográfico (tanto no sentido teórico como empírico) para a prática de um conceito de território mais democrático.

Acrescenta-se a isso a importância que possui o território para os povos subalternos, desde que pensemos no território como o lugar da vida reflexiva, do lugar onde se dá a vida e não sob a perspectiva de mero recurso, num viés estritamente pragmático (conhecido e representado por meios de recenseamentos e pesquisas quantitativas). O território para tais grupos é a referência existencial e cultural; e a resistência, dessa forma, é a prática de um poder que não só nos fala do controle sobre um recorte espacial, mas também da afirmação de um modo coletivo, autóctone e particular de ver e experienciar o mundo.

Não cabe aqui dar prioridade a um ou outro aspecto da agroecologia, mas ao seu caráter diverso. Diversidade de saberes (troca de saberes), diversidade de produção (consórcios, sistemas agroflorestais) diversidade de territórios, e, portanto, de poderes. A

relação entre diversas escalas e com isso autonomia e visibilidade aos atores sociais que se encontram na dimensão vivida do espaço). Como nos lembra Raffestin, é a naturalização da diversidade:

A humanidade é um estoque de diferenças genéticas e, mesmo se ignorarmos quase por completo a significação profunda dessas diferenças, podemos supor que é uma garantia da autonomia da espécie humana nos diversos meios geográficos onde se busca a evolução de seus membros. É também uma garantia da autonomia cultural da espécie humana, sem a qual não é possível uma ação diferenciada: “Desejo que o leitor retenha esta lição da biologia : nossa riqueza coletiva está na nossa diversidade. O 'outro' indivíduo ou sociedade nos é precioso na medida em que é diferente de nós”. (RAFFESTIN, 1992, p. 131)

Entretanto, sabemos das desvantagens que a diversidade representa para um Estado centralizador e que almeja controle social, já que a homogeneização e a unidade (pensada como oposição a diversidade) permitem a concentração e a centralização, reforçando assim as possibilidades de controle e de dominação. Não nos esqueçamos de que ciência e sociedade, teoria e prática, se relacionam intimamente e dialeticamente. Só assim podemos começar a refletir desde já sobre o que se pode pretender através de um conceito de território uniescalar e homogeneizante.

Nesse sentido, podemos continuar a reflexão pensando que as resistências se engancham nas diferenças e na diversidade e por isso, muitas vezes essas últimas são tão combatidas e rejeitadas. As diferenças indicam um grande obstáculo ao desenvolvimento de um poder total. Segundo Raffestin (1993, p. 118): “Poder total e diferenças são incompatíveis. Contudo as diferenças existem e sua supressão não tem nenhum fundamento teórico senão um fundamento prático.”

Lembrando que não negamos que o poder está presente entre os sujeitos, porém deve ser pensado a partir de uma dimensão mais plural, e por isso descentralizada, caminhando para a autonomia a qual se refere Souza, apoiado nas idéias de Castoriadis:

Uma sociedade autônoma é aquela que logra defender e gerir livremente o seu território, catalisador de uma identidade cultural e ao mesmo tempo continente de recursos, recursos cuja acessibilidade se dá, potencialmente, de maneira igual para todos. Uma sociedade autônoma não é uma sociedade “sem poder”, o que aliás seria impossível (daí, aliás, a dimensão de absurdo do anarquismo clássico). No entanto,

indubitavelmente, a plena autonomia é incompatível com a existência de um “Estado” enquanto instância de poder centralizadora e separada do restante da sociedade (SOUZA, p. 106, 2008)

A Cúpula dos Povos com todas as críticas que se pode atribuir à ela, a nosso ver, proporcionou justamente um encontro entre os mais variados poderes, saberes, realidades, pessoas e territórios. Foi o encontro das escalas locais rumo a uma maior visibilidade social e a uma unificação escalar que dê força e voz aos povos/sujeitos para gerir e defender seus territórios.

Não se sabe ainda quais serão os efeitos “pós-cúpula”. Talvez o Estado e suas formas de lidar com o poder continuem ignorando essa diversidade de territórios. De qualquer forma, acreditamos que esse é o caminho: o encontro e o reconhecimento da diversidade de territórios e poderes locais. Só dessa maneira problemas, que - como lembramos anteriormente – são globais, serão enfrentados, alcançando maiores escalas de ação e representação. Dessa maneira, acreditamos, o “jogo de escalas” (inter-relação escalar) pode se efetivar e construir um *olhar* diferente sobre as possibilidades do mundo.

REFERÊNCIAS

DEMATTEIS, G. Sistema Local Territorial (SLoT): um instrumento para representar, ler e transformar o território. **Desenvolvimento Territorial e Agroecologia**. São Paulo: Expressão Popular, p. 33-46, 2008.

GOMES. P. C. C. **Geografia e Modernidade**. Bertrand Brasil: Rio de Janeiro, 1996.

HAESBAERT, Rogério. **O mito da desterritorialização**: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade. 2º ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006. 400 p.

MARANDOLA JR., E. Tangenciando a vulnerabilidade. In: HOGAN, D. J.; MARANDOLA JR., E (Org.). **População e mudança climática**: dimensões humanas das mudanças ambientais globais. Campinas: NEPO/UNICAMP; Brasília: UNFPA, 2009.

MORAES, A. C. R. **Geografia**: pequena história crítica. 20ª edição. São Paulo: Annablume, 2005.

MORIN, Edgar. **Ciência com consciência**. 14 ed. Rio de Janeiro: Bertrand brasil, 2010.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. A reinvenção dos territórios: A experiência latino-americana e caribenha. In: CECEÑA, A. E. (comp.). **Los desafíos de las emancipaciones en un contexto militarizado**. Buenos Aires: CLACSO, 2006. p.151-197.

_____. **Sustentando a Insustentabilidade:** Comentários à Minuta Zero do documento base de negociação da Rio+20. Site “Ecodebate”. Disponível em: <http://www.ecodebate.com.br/2012/02/01/sustentando-a-insustentabilidade-comentarios-a-minuta-zero-do-documento-base-de-negociacao-da-rio20-artigo-de-carlos-walter-porto-goncalves/>. Acesso em: 20 mai 2012.

_____. Da Geografia às Geo-Grafias - Um mundo em busca de novas territorialidades. In: Sader, E. e Ceceña, A. E. (orgs.) **La guerra infinita:** hegemonía y terror mundial. Buenos Aires: CLACSO, 2002.

_____. Ou inventamos ou erramos: encruzilhadas da integração regional sul-americana. In: VIANA, A. R.; BARROS, P. S.; CALIXTRE, A. B. Governança global e integração da América do Sul. Brasília: IPEA, 2011.

RACINE, J.B. ; RAFFESTIN, C. ; RUFFY, V. **Escala e ação, contribuições para uma interpretação do mecanismo de escala na prática da Geografia.** Revista Brasileira de Geografia. Rio de Janeiro, 45 (1) : 123 – 135 jan./mar. 1983 (Transcrito de Geographica Helvetica , 1980, v. 35, n 5 (número especial). Trabalho apresentado ao 24 Congresso Internacional de Geografia realizado em Tóquio, Japão, em agosto de 1980.)

RAFFESTIN, CLAUDE. **Por uma geografia do poder.** Ed. Ática, São Paulo: 1993

SOUZA, M. O território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. In: Castro, I. et al. (orgs.) **Geografia:** Conceitos e Temas. 11 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2008